

A APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO POR INDÍGENAS TERENA: INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA

SÍLVIA FERNANDA DE JESUS QUEIROZ

Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

JOSE LICÍNIO BACKES

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar a percepção de indígenas Terena sobre o uso das tecnologias de comunicação e informação. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com professores indígenas Terena de Mato Grosso do Sul. A análise foi qualitativa e deu-se por meio da articulação das falas dos professores com autores do campo da educação indígena e da interculturalidade. Pela pesquisa efetuada, pode-se concluir que, segundo os professores indígenas, as tecnologias de comunicação e informação são um instrumento de luta e resistência, servindo para fortalecer a luta política por direitos e a identidade e cultura indígena Terena.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas; Resistência; Tecnologias de Informação e Comunicação; Identidade.

INTRODUÇÃO

Embora os grupos humanos sempre tenham desenvolvido tecnologias de informação e comunicação, no contexto atual elas têm impactado cada vez mais a cultura, a política e a economia, transformando profundamente a vida das pessoas. Nesse sentido, esclarece-se que, neste artigo, ao mencionarmos tecnologias de informação e comunicação, estamos nos referindo às novas tecnologias de informação e comunicação, ligadas às telecomunicações e à microeletrônica.

Há diferentes formas de utilizá-las, e os povos indígenas também estão se apropriando delas. Como se argumenta neste artigo, esses povos estão conseguindo empregá-las como uma ferramenta de resistência, que lhes serve para fortalecer sua luta política por direitos, bem como a identidade e cultura indígena.

Aqui, abordamos, especificamente, o povo Terena, de Mato Grosso do Sul. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, com professores indígenas Terena que atuam em uma escola indígena de Mato Grosso do Sul. As entrevistas foram analisadas qualitativamente, com base em autores do campo indígena, com destaque para autores indígenas Terena, além de outros que defendem a educação intercultural.

No primeiro momento, trazemos a contextualização, mostrando que, desde o início da colonização, os indígenas resistiram e lutaram pela defesa de suas identidades e cultura, com destaque para o povo Terena. Em um segundo momento, evidenciamos os procedimentos metodológicos utilizados para a produção dos dados. Em seguida,

apresentamos a análise qualitativa das entrevistas, com base nas discussões teóricas realizadas. Por fim, fazemos a síntese dos resultados.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Os indígenas no Brasil, no momento da conquista europeia, somavam um total de aproximadamente cinco milhões de indivíduos; a redução desse número relaciona-se, dentre outros fatores, à desqualificação da diferença indígena por parte dos colonizadores. A diferença, vista como inferioridade, foi utilizada como justificativa para a proposta “civilizadora”. A primeira ação nesse sentido foi a de *cristianização* de diversos grupos, incluindo a elaboração de uma “língua geral” para a comunicação e facilitação dos objetivos de dominação: “o negro e o indígena foram produzidos pela colonização e desde a base antropológico-normativo-epistêmica do racismo estrutural, e seu etnocídio-genocídio representou a primeira e mais pungente experiência de fascismo institucionalizado e planejado” (Danner, L. F.; Danner F.; Dorrico, 2022, p. 400).

No entanto, graças à resistência e à luta dos povos indígenas, há elementos para questionar esse projeto “civilizatório” que, durante séculos, foi escrito apenas na ótica do colonizador. Intelectuais indígenas e negros, juntamente com autores comprometidos com suas causas, estão produzindo conhecimentos que “desnaturalizam e politizam radicalmente a história nacional e o sentido contraditório da modernidade-modernização ocidental e, assim, visibilizam e explicitam o racismo estrutural que tem sido escondido e negado por nossa modernização conservadora” (Danner, L. F.; Danner F.; Dorrico, 2022, p. 402).

Antes dessa politização da história nacional, sob a perspectiva dos indígenas e dos negros, o que tínhamos eram as informações presentes nos relatórios de missionários cristãos, o que resultou em “conhecimento” sobre os indígenas. Carregado de etnocentrismo, tal conhecimento contribuiu para a estigmatização e estereotipização das culturas indígenas e para seu contínuo processo de inferiorização.

O efeito desse processo não foi somente a diminuição drástica dos povos indígenas. Os que, graças à resistência, conseguiram sobreviver, continuam sendo avaliados pela sociedade a partir das visões e concepções criadas no contexto da colonização, entre as quais destacam-se a ideia do “bom selvagem” e a do “mau selvagem”:

Nas principais representações produzidas sobre o índio brasileiro e americano, construídas já nos primeiros documentos da era colonial, destaca-se inicialmente a ideia do nativo como um sujeito inocente e dócil por natureza, destituído de religião e de valores como a cobiça, a necessidade de propriedade e de hierarquia (Bonin; Kirchof, 2012, p. 224).

Como salientam os autores, o que está bem nítido nessa ideia é que os indígenas não têm nenhum dos valores que os europeus consideravam importantes: “nesse caso interessa, sobretudo, destituir o Outro de todos os valores considerados absolutos e universais pelo próprio colonizador, a saber, sua religião, seu sistema de leis

QUEIROZ, S. F. de J.; BACKES, J. L.

e normas e sua autoridade” (Bonin; Kirchof, 2012, p. 225).

À medida que os portugueses vão colonizando o Brasil, a ideia do bom selvagem dá lugar à do mau selvagem, o indígena canibal: “à medida que o colonizador europeu descobre alguns rituais religiosos autóctones o mito do selvagem sem religião precisa ser suspenso, e ao mesmo tempo, emergem relatos cada vez mais expressivos do índio enquanto canibal” (Bonin; Kirchof, 2012, p. 231).

É importante enfatizar que tanto a ideia do bom selvagem quanto a do canibal serviram como justificativa para o projeto colonizador, por associarem a “natureza” indígena com a animalidade, que precisaria ser domesticada e civilizada:

No tocante ao projeto de conquista e colonização, é preciso ressaltar que, da mesma forma como a representação do bom selvagem, também a representação do índio como canibal serve ao propósito colonizador dos europeus, na medida em que propõe, primeiro, que o habitante das Américas se define completamente por sua natureza animal/selvagem e, segundo, que essa natureza só pode ser domesticada através de um modelo civilizatório, dos valores relativos à lei, à religião e à autoridade do próprio europeu (Bonin; Kirchof, 2012, p. 232).

Essas interpretações relativas aos grupos indígenas geraram conceitos equivocados, práticas de massacre, exploração e discriminação, que ainda marcam a relação dos ocidentais com os povos indígenas. Os conhecimentos dos indígenas, ignorados desde a colonização, continuam sendo vistos como inexistentes ou inferiores aos conhecimentos do homem branco. Práticas de evangelização e de “civilização” ainda são comuns no contexto brasileiro. Nos últimos anos, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), a tônica da política indigenista foi a de que o indígena deveria ser integrado na sociedade e tornar-se produtivo dentro da lógica da sociedade capitalista, em um total desrespeito às suas culturas e identidades:

Ao evocar deliberadamente imagens cristalizadas sobre os povos indígenas em seus pronunciamentos, imersos em ódio e preconceito, o atual Presidente retomava a visão de incapacidade do “índio” para justificar a espoliação de seus territórios e incorporação à nação e aos ciclos econômicos da predação neoliberal (Ribeiro; Teixeira, 2021, p. 70).

A visão colonizadora, que teve um novo ímpeto durante o governo Bolsonaro, causou impacto nos povos indígenas, seja pela violência com que foram tratados nas suas lutas pelas retomadas dos territórios, ou mesmo pelo aumento do preconceito por parte da sociedade, que se deixou afetar pelo discurso de ódio propagado pelo governo brasileiro: “Bolsonaro saía deliberadamente em defesa dos grandes latifundiários e incitava um ódio irônico e uma jocosidade racista que inflamavam (e inflamam) a violência contra os povos indígenas em processos de reivindicação e/ou manutenção de terras tradicionais” (Ribeiro; Teixeira, 2021, p. 75). Porém, os indígenas, assim como em toda a sua história, durante o governo Bolsonaro, continuaram com sua luta e resistência, conseguindo barrar, em muitos casos, as tentativas de acabar com os seus direitos conquistados na Constituição Federal do Brasil. Ainda que a política do Estado com os

povos indígenas nunca tenha deixado de ter contornos assimilacionistas, não se pode deixar de reconhecer que, durante o governo Bolsonaro, ela teve contornos de maior violência física e simbólica.

Em Mato Grosso do Sul, a realidade dos povos indígenas também se caracteriza pelo sistemático desrespeito por seus direitos. Contudo, assim como no contexto brasileiro, em Mato Grosso do Sul, os indígenas resistem e lutam cotidianamente pelos seus direitos, com destaque para a retomada dos territórios.

Entre os povos existentes atualmente em Mato Grosso do Sul, estão os povos Terena, Kaiowá, Kadiwéu, Ofaié, Atikum, Kinikinau, Guarani, Guató e Camba. Esses povos perfazem uma população estimada em aproximadamente 70 mil indígenas, distribuídos em diferentes espaços.

Como neste artigo os sujeitos da pesquisa são professores do povo Terena, descrevemos apenas esse grupo étnico. Para isso, baseamo-nos em dois autores Terena: Eloy Luiz Henrique Amado, indígena do povo Terena da Aldeia Ipegue, de Mato Grosso do Sul, doutor em Antropologia Social e defensor incansável dos povos indígenas do Brasil; Antônio Carlos Seizer da Silva, indígena Terena de Mato Grosso do Sul, doutor em Educação, sempre na luta pelos direitos indígenas, sobretudo ligados à educação indígena, intercultural, bilíngue e diferenciada.

Silva (2016) fala dos diferentes modos de ser Terena, mas diz que há um fio ancestral que os une e os fortalece na luta:

Compreendo hoje que nós, Terena, temos um lema desde a saída do Ëxiva: Terena vai sempre para frente, não volta! E para isso carregamos tudo aquilo que garante a nossa diferença, como a língua, a cosmologia e a cosmovisão. Terena reelabora, ressignifica, apropria e incorpora, nos dando o entendimento que a etnia em si é única, mas as características produzidas e atravessadas por outras relações produzem os povos Terena, ou seja, há um fio centralizador ancestral que fortalece a teia étnica que nos liga, mas, como no tecer das artesãs, cada qual coloca as cores e as formas que se deseja e/ou são necessárias, assim se produzem atualmente os povos Terena, sendo necessário demarcarmos em nossa fala os lugares de onde somos e/ou fomos produzidos, assim temos o Terena da Cachoeirinha e Taunay (falantes da Língua Indígena); Ipegue e Pilad Rebuga (os jovens são não falantes da Língua Indígena); Lalima (Terena que evidencia sua característica híbrida, constituída com os casamentos interétnicos com os Kadiwéu, Kinikinau, Xamacoco, Laiana e purutuye; não que os outros não sejam, mas não dizem!); Terena de Buriti e Sidrolândia (não falantes da Língua Indígena, mas com uma presença política nas instâncias governamentais) e os Terena de Dourados (sufocados, não ouvidos, rejeitados), além daqueles que lutam pela ampliação de seus territórios, através das retomadas de terra, justificadas pela ausência do Estado brasileiro em garantir minimamente os territórios indígenas demarcados (Silva, 2016, p. 16).

Amado (2020) lembra que, para os povos indígenas, “[...] a única razão de deixar

a aldeia e ingressar na academia é ter a certeza que poderemos nos apropriar desses 'ditos conhecimentos científicos' e de alguma maneira usá-los em prol de nossa comunidade" (Amado, 2020, p. 394). Ainda segundo o autor, um indígena fazer uma pesquisa é uma oportunidade de escrever a história de seu povo fora da lógica do branco e, sobretudo, de rever o que os antropólogos brancos escreveram e escrevem sobre os indígenas, neste caso específico, sobre o povo Terena. O conhecimento construído e registrado academicamente pelos indígenas contribui para a defesa dos direitos dos povos originários, especialmente dos direitos referentes aos seus territórios.

Para o autor, um argumento que sistematicamente tem sido utilizado no campo jurídico, principalmente pelos advogados dos fazendeiros, é o de que o povo Terena não é originário do Brasil, e sim do Paraguai, portanto, não teria direito de retomar territórios localizados no Brasil. Além de utilizada no campo jurídico, tal ideia "[...] encontra voz soante nos trabalhos acadêmicos, ainda que involuntariamente, de historiadores e antropólogos que escreveram sem o devido cuidado ou mesmo sem uma nota explicativa sobre a conjuntura histórica do povo Terena" (Amado, 2020, p. 393).

Segundo Amado (2020), graças à sua histórica resistência e luta, hoje o povo Terena está fortalecido e organizado politicamente em torno da retomada de seus territórios:

As retomadas constituem-se em formas próprias e legítimas articuladas pelos caciques e lideranças indígenas que elegem tais ações como projetos institucionais próprios. A mobilização que surge no campo, nos fundos da aldeia, perpassa variados contextos estatais, chegando aos tribunais e espaços internacionais (Amado, 2020, p. 397).

Por fim, Amado (2020) salienta dois aspectos do povo Terena que ele considera muito importantes:

sentimento de pertença e a alteridade. E, a partir desses, proponho olhar para as comunidades terena como integrantes de um sistema-mundo adverso aos povos indígenas e que exigirá cada vez mais, capacidade de rearticulação, reinvenção e autodeterminação frente aos puxarará [não indígenas] (Amado, 2020, p. 398).

Esse sentimento de pertencimento e alteridade são desenvolvidos em todos os lugares onde os Terena transitam e ocupam. Eles o fazem sempre pensando no fortalecimento de seu povo, sua identidade e sua cultura. Diante de um sistema-mundo que lhes é adverso, a maior capacidade de rearticular-se, reinventar-se e autodeterminar-se garantirá a continuidade dos *modos de ser* Terena.

Para tratar desses espaços, neste artigo, privilegiamos os professores Terena, tendo em conta a maneira como eles veem a apropriação das tecnologias de informação e comunicação.

O CAMINHO METODOLÓGICO

Nossa pesquisa foi realizada com professores indígenas do povo Terena, todos

atuantes no Ensino Fundamental II de uma escola indígena localizada no estado de Mato Grosso do Sul. O grupo de professores do Ensino Fundamental II é formado por nove mulheres e um (01) homem. O primeiro contato com esses professores foi realizado com a finalidade de realizar a pesquisa, e tornou-se possível por termos vínculo com um Programa de Pós-Graduação que historicamente atende alunos indígenas, tendo titulado vários mestres Terena e dois doutores Terena.

Destacamos que, mesmo tendo a autorização da gestão da escola, indagamos individualmente cada professor se desejaria colaborar com a pesquisa. Realizamos, então, entrevistas semiestruturadas, compostas por cinco professores dessa escola, durante o segundo semestre de 2022.

Identificamos os professores por nomes fictícios, para preservar seu anonimato. São eles: Professora Maria, licenciada em Educação Física, atua como professora de Educação Física; Professora Maroá, licenciada em Artes, atua como professora de Artes; Professora Maroca, licenciada em Letras, leciona a disciplina de Língua Inglesa; Professor Mário, licenciado em Pedagogia, leciona a disciplina de Ciências; Professora Marina, licenciada em Pedagogia, leciona a disciplina de Língua Terena. Como se pode observar, todos os professores têm formação superior e, com exceção do professor Mário, todos lecionam de acordo com sua área de formação.

Vale lembrar que, em uma pesquisa qualitativa, não é necessário um número grande de sujeitos, portanto, cinco sujeitos podem ser considerados suficientes para alcançar os objetivos: “[...] a resposta à questão da dimensão da amostra depende criticamente da questão de investigação. Em função desta, o aumento da dimensão pode ser irrelevante, ou até mesmo negativo ou contraproducente” (Rego; Cunha; Meyer Júnior, 2018, p. 52). As pesquisas qualitativas “[...] acabam por não se prender tanto à questão numérica, pois não existe tanta preocupação com o tamanho da amostra, mas sim, com a qualidade da interpretação e análise dos dados produzidos”. (Marinho; França; Silva, 2013, p. 56).

Os dados produzidos na pesquisa provêm das entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas mediante autorização dos professores. As entrevistas foram utilizadas “[...] para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan; Biklen, 1995, p. 134).

A análise das falas se deu de forma qualitativa. Elas não foram vistas como falas individuais, mas como falas que expressam o que os professores pensam em relação ao uso das novas tecnologias. Elas são falas coletivas: “Processos de coletivização são parte da experiência histórica e contemporânea dos grupos indígenas” (Graça; Fernandes, 2022, p. 199). São falas que se complementam. O fato de a fala de uns professores estar mais presente que de outros, no artigo, deve ser vista como parte das contingências de uma pesquisa qualitativa.

A análise qualitativa que efetuamos nos fez lembrar de Hall (2003), quando diz que um texto sempre permite várias leituras. Não há como fixar o significado de um determinado texto ou de uma determinada fala. Pode-se até tentar imprimir uma leitura preferencial, mas as possibilidades de entendimento não se esgotarão. Em certo sentido, a análise que segue se pauta nessa lógica; há sempre outros significados

QUEIROZ, S. F. de J.; BACKES, J. L.

possíveis, outras interpretações possíveis, portanto, a análise não esgota todas as possibilidades.

Como já foi mencionado, a resistência dos povos indígenas ao processo de colonização existe desde que os colonizadores chegaram ao Brasil. Essa resistência também é dinâmica e muda com o tempo, no sentido de aliar estratégias tradicionais com novas estratégias. Como passaremos a argumentar, os Terena apropriaram-se das tecnologias de informação e comunicação e transformaram-nas em mais uma forma de resistência.

OS TERENA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A indígena Terena, Alves (2019), em sua dissertação de mestrado, afirma que a estrada da resistência é cheia de dificuldades, espinhos e sangue:

Percebo que nessa longa estrada da vida, andamos muito; é uma estrada de espinhos, de pedras, de sangue, de violência. Uma estrada de desrespeito, ocultação, silenciamento. Estrategicamente, essa mesma estrada foi sendo transformada na estrada da resistência, do empoderamento, do protagonismo. Muitas vezes foi necessário seguir outro percurso, mas sem desviar os objetivos da caminhada (Alves, 2019, p. 140).

É uma resistência que se dá nos dias atuais, mas sem esquecer a luta histórica do povo Terena: “é quase inexplicável a sensação de estar caminhando em direção da área onde os ancestrais viviam: uma emoção tão grande que toma conta do corpo e da alma, cada passo representa a resistência secular dos mais velhos”. (Alves, 2019, p. 104).

Como aponta a professora indígena Maria, o uso das tecnologias de informação e comunicação é mais uma forma de resistência ou, no mínimo, um aliado da resistência:

Então, aqui dentro, na nossa escola, as nossas crianças estão em idade de adolescentes, a maioria deles usa o Instagram, o Facebook; o Instagram, principalmente, por ser um meio de expressão deles. Tudo que eles querem eles postam lá, e acredito que eles possam usar esses meios tecnológicos como meio de valorização da cultura. Então, eles não perdem, eles começam a valorizar a cultura porque naqueles meios podem postar coisas da nossa cultura, eles postam coisas valorizando a nossa cultura, eles contam ali histórias para quem não conhece o nosso povo, levam para fora as coisas do nosso povo (Entrevistada Professora Maria, entrevista concedida em 2022).

Uma das formas importantes de resistência é mostrar que a sua cultura está viva, que ela tem histórias que são diferentes das histórias contadas pelo colonizador. Nesse sentido, as redes sociais ao serem apropriadas pelos Terena, tornam-se grandes aliadas da resistência. Como observa Luiz Eloy Terena (2022), o uso de novas tecnologias pelos indígenas, longe de indicar que se dobraram à lógica hegemônica, na verdade, demonstra um movimento contra-hegemônico. Referindo-se ao fato de, durante a pandemia de Covid-19, os indígenas terem decidido fazer eventos

online para proteger vidas, destaca:

Este fato por si só já é contra hegemônico, tendo em vista que está no auge a discussão sobre o direito à identidade cultural. Ver indígenas com celulares, ocupando as redes sociais e até mesmo usando tênis Nike, por incrível que pareça, ainda é objeto de discussão capaz de colocar em xeque a identidade étnica de pessoas indígenas no Brasil (Terena, 2022, p. 4).

O professor Mário traz um exemplo histórico no qual a apropriação das tecnologias de informação e comunicação foi fundamental para mostrar, por meio de imagens, que a versão que a Polícia Federal e a mídia oficial estavam veiculando para o estado de Mato Grosso do Sul, e também para o Brasil e para o mundo, era falsa:

Um dos grandes exemplos, para quem não viveu hoje, você pode buscar em 2013, quando Oziel foi morto [o professor Mário se refere ao indígena Terena que foi morto por arma de fogo em 2013 em um confronto de reintegração de posse, durante a desocupação de área da Fazenda Buriti], como foi o processo de massacre da Polícia Federal quando eles entraram na área de retomada, como nos retiraram de lá. Então, eu acredito que a ferramenta de tecnologia ela não nos afasta, não nos tira essa autonomia de a gente tentar trabalhar com essas tecnologias. A gente não perde a cultura, muito menos a identidade, mas isso nós temos que começar a trabalhar aqui hoje, no contexto da escola, a ferramenta que nos dê apropriação para a gente avançar e ir muito mais além; eu penso nesse sentido (Entrevistado Professor Mário, entrevista concedida em 2022).

O professor Mário, participante ativo da luta e resistência indígena, sem receio de que as novas tecnologias diminuam a força da identidade e cultura indígena, mostra como elas podem servir para reforçar a luta e a resistência: “Se eu for para uma área de retomada de território que esteja em conflitos, se eu tiver uma ferramenta com tecnologia na minha mão, posso usar como prova” (Entrevistado Professor Mário, entrevista concedida em 2022).

A fala do professor faz todo sentido, pois a mídia oficial tem muita dificuldade de mostrar a realidade indígena. Urquiza (2013), em sua pesquisa, traz a perspectiva de professores indígenas em relação ao trabalho que a mídia hegemônica vem desenvolvendo e aponta:

A narrativa jornalística veiculada pela mídia, que tem como objetivo informar, parece muitas vezes não enxergar outras perspectivas. Seja pela urgência em concluir as pautas para o fechamento da edição, ou por estar envolto por “pré-conceitos”, concepções pré-existentes e modelos a serem seguidos para não fugir do “padrão de produção”, o jornalista pode narrar apenas a “mesmidade”, sem considerar a alteridade, a diferença (Urquiza, 2013, p. 45).

Embora a autora mencione a urgência em concluir as pautas como um dos fatores que podem contribuir com a veiculação de imagens equivocadas, segundo nossa perspectiva teórica, a segunda parte que a autora aponta, referindo-se aos preconceitos e concepções preexistentes, explica melhor o tipo de informação que circula. O jornalista e, especialmente, os donos das mídias hegemônicas estão envoltos nas concepções construídas no período colonial, e atualizadas sistematicamente, inclusive pela mídia.

Ainda de acordo com Urquiza (2013), os indígenas têm ciência do papel que a mídia exerce, e trazem a análise da mídia para suas comunidades, sobretudo para dentro da escola:

Ainda que de maneira não sistemática e variando conforme a iniciativa de um ou outro professor, trazer o conteúdo de jornais, revistas, sites de notícias, ou de reportagens e entrevistas veiculados na TV ou em programas de rádio para dentro da sala de aula, acaba por desestabilizar o que está colocado como “verdade” definitiva, criando, ao mesmo tempo, entre alunos e professores, um ambiente questionador, capaz de inter-relacionar assuntos aparentemente díspares com o conteúdo previsto no currículo escolar e com o próprio contexto cultural onde estão inseridos, reeducando olhares e construindo, de forma coletiva, “chaves de leitura” para o mundo e para as próprias mídias (Urquiza, 2013, p. 71).

Percebemos, pelas entrevistas, a preocupação dos professores indígenas em trazer para a escola uma reflexão que contribua para que as crianças aprendam a lidar com as tecnologias de informação e comunicação de forma a não prejudicar sua cultura e identidade: “A gente não perde a cultura, muito menos a identidade, mas isso nós temos que começar a trabalhar aqui hoje, no contexto da escola, a ferramenta que nos dê apropriação para a gente avançar e ir muito mais além; eu penso nesse sentido” (Entrevistado Professor Mário, entrevista concedida em 2022).

A professora Maroca mostra como o uso das tecnologias de informação e comunicação fortalece a resistência coletiva enquanto luta de todos os povos indígenas, pois possibilita uma comunicação maior com as lideranças dos movimentos indígenas no contexto brasileiro. Como afirma Luiz Eloy Terena (2022), os movimentos estão organizados de diferentes maneiras, e as ferramentas *online* têm ampliado os espaços de luta e resistência. Vejamos a fala da professora Maroca:

[...] deixa só esclarecer um pouco mais, eu me refiro aos movimentos políticos e até históricos mesmo. As tecnologias ajudam bastante, por exemplo, Facebook, Instagram, Twitter, hoje em dia, também estão sendo usados pelos nossos indígenas que representam a gente lá para fora, não é? É de grande valia para mostrar a cultura e a realidade de cada povo (Entrevistada Professora Maroca, entrevista concedida em 2022).

Essa comunicação entre os diferentes povos indígenas, bem como de membros da comunidade que participam de movimentos nacionais, repassando as

informações “em tempo real”, tem contribuído para o fortalecimento da resistência dos povos indígenas. Pinto (2018), ao analisar o uso das novas tecnologias pelos povos indígenas, percebe sua importância para a comunicação entre os indígenas, bem como entre eles e a sociedade não indígena:

O ‘renascer étnico’ no espaço comunicacional global é um fenômeno social, cultural e político, que foi possibilitado pela consciência e protagonismo dos povos indígenas em face dos avanços das tecnologias de informação e comunicação, TICs, permitindo outra via de informação-comunicação pelo ciberespaço antes hegemônica pela indústria cultural tradicional (TV, rádio, imprensa). As comunidades indígenas estão sendo empoderadas pelo uso criativo e colaborativo dado às TICs — principalmente a internet—, conseguindo uma ‘convergência digital nativa’, isto é, a veiculação de diversos tipos de informações pelo espaço digital *online* (Pinto, 2018, p. 127).

Os Terena desenvolveram a capacidade de convivência com a sociedade ocidental, em uma luta permanente de afirmação de sua cultura e identidade. Essa capacidade pode ser compreendida a partir do exposto por Ferreira *et al.* (2014, p. 204), quando afirmam que “[...] aprender a conviver é um dos grandes desafios que enfrentamos atualmente, numa sociedade em que grande parte dela ignora as diferenças e busca a hegemonia de determinadas raças e credos”. No caso dos indígenas Terena, eles demonstram historicamente a capacidade de conviver com as diferenças. O problema está na sociedade ocidental, que continua querendo impor sua cultura aos indígenas.

Domingo e Maria (2017), assim como os demais pesquisadores do campo indígena, observam que, contemporaneamente, os Terena vivem em um contexto de diminuição dos territórios originais e de transformação de suas práticas culturais, mas encontram estratégias para afirmarem sua cultura e identidade.

O Terena acompanha a evolução, se beneficia das tecnologias disponíveis, porém, ele transforma ou converte isso tudo a seu modo, dá uma característica peculiar. O Terena não fica parado no tempo, ele [...] acompanha a modernidade, mas traz consigo os saberes, os costumes tradicionais ajustados a esta modernidade, como é o caso da lida com a terra. Usa a tecnologia disponível, mas se orientando pelos costumes tradicionais, conforme sua crença (Domingo; Maria, 2017, p. 72).

Santos e Lastória (2019) refletem sobre os impactos das tecnologias na educação dos povos indígenas, dentro e fora de escolas indígenas. Apontam que, mesmo nas escolas indígenas que podem organizar a proposta curricular, existem questões ligadas à identidade e cultura dos estudantes. Segundo os autores, “[...] os professores indígenas enfrentam diariamente o desafio de transpor o conteúdo [...] científico, dentro do contexto cultural de suas comunidades indígenas” (Santos; Lastória,

QUEIROZ, S. F. de J.; BACKES, J. L.

2019, p. 966), além de procurarem compreender o quanto os alunos, sujeitos de uma cultura própria, lidam com as tecnologias de informação e comunicação. Conforme podemos ver nas entrevistas, os professores Terena refletem coletivamente sobre esse uso e entendem que as tecnologias de informação e comunicação podem contribuir de forma positiva na educação, na visibilidade e afirmação da cultura, na luta política pelos direitos indígenas.

A professora Marina, embora não cite diretamente a questão da luta política, traz elementos que podem ser vistos como políticos, ou que favorecem a luta política:

Percebo que eles usam o celular, sei que a maioria dos alunos tem *internet* em casa. Eles usam o celular mais para pesquisa. [...] Tem positivo e negativo, tem vários. As crianças saberem usar a *internet*, dá para ajudar na leitura, principalmente para as crianças que não sabem ler, eu passo sílabas, aí ajuda. [...] Agora, tem pontos negativos também, prejudica na interação, eles ficam mandando aqueles negócios sem noção. Através das tecnologias, a gente divulga a nossa língua, a gente tem que acompanhar; se a gente não acompanhar, a gente não vai chegar longe (Entrevistada Professora Marina, entrevista concedida em 2022).

Divulgar a língua é um ato político e de resistência. Assim, se as novas tecnologias contribuem para isso, estão contribuindo para a luta política e a resistência. Da mesma forma, se estão contribuindo para a alfabetização, estão contribuindo para a luta política.

Cabe lembrar que o contato com outras culturas não necessariamente implica um processo de assimilação. Há processos de hibridização (Bhabha, 1998). Como argumenta Backes (2018), os indígenas têm desenvolvido

[...] experiências que não têm significado um isolamento ou fechamento, como se fossem identidades fixas e congeladas no tempo, mas possibilidades de construção de relações interculturais baseadas no hibridismo, não como perda da identidade, mas como possibilidade de fortalecimento da própria identidade, em um processo permanente de decolonização (Backes, 2018, p. 43).

Colaborando com o argumento de que o hibridismo não necessariamente implica um problema para a identidade, trazemos Laclau (2011, p. 105), quando aponta: “[...] hibridização não significa necessariamente declínio decorrente de uma perda de identidade. Também pode significar o fortalecimento das identidades existentes pela abertura de novas possibilidades”.

Pelas falas dos professores Terena, podemos perceber que, de fato, tecnologias de informação e comunicação têm significado novas possibilidades em termos identitários. Como Ribeiro (2020) observa, não há identidades puras, todas são híbridas. Se os Terena estão dizendo que o uso das novas tecnologias tem tido impactos positivos para as suas identidades e contribuído para a luta política, não são os sujeitos ocidentais que devem decidir se eles podem ou não fazer uso delas:

As tecnologias podem e devem ser usadas pelos povos originários se assim o desejarem e o fazem muitos. Cabe dizer que não parecem “brinquedos nas mãos de crianças”, como no caso dos “brancos”, suprimindo doenças psíquicas, como micro-doses de conforto; indicam estratégias de luta e sobrevivência para os jovens indígenas. Não se sabe até que ponto, novos enfoques e desfoques são possíveis; mas não se deve perder de vista que não somos nós a decidir (Ribeiro, 2020, p. 18).

É importante apontar que nenhum professor participante de nossa pesquisa se mostrou contra o uso das novas tecnologias. As tecnologias de informação e comunicação possibilitam mais um espaço para a luta e resistência, mas não são vistas como algo extraordinário, como muitas vezes se pode observar em escolas não indígenas. A professora Maroá (entrevista concedida em 2022), inclusive, apontou: “Nas minhas aulas, é bem difícil eles usarem, trazerem, pegarem os celulares, a não ser que precisem”.

Tampouco os autores indígenas, seja em suas dissertações, teses ou artigos científicos, têm se colocado contra o uso das novas tecnologias. Pelo contrário, eles têm mostrado como estão sendo apropriados em favor da cultura e identidade indígena.

Para uma sociedade que ainda olha para os povos tradicionais como se fossem estáticos, fazer uso das novas tecnologias, como apontado por Eloy Terena (2022), por si só, é uma postura contra-hegemônica e é uma forma de mostrar que as identidades são constantemente produzidas e são deste tempo; como tais, precisam ser valorizadas. Ribeiro (2020, p. 6) entende que, no imaginário da sociedade ocidental, prevalece a ideia de que “[...] conhecimentos tradicionais não se atualizam, permanecendo estáticos como se tratassem de ‘saberes do passado’, imunes às transformações históricas e à mobilização conjunta de novas gerações e relações exógenas”.

O processo de divulgar a sua cultura e identidade para os outros no mundo virtual contribui para criar outras representações do indígena e do entendimento de como as identidades são construídas na relação com as outras culturas (Bhabha, 1998). Ao mudar a representação dos indígenas pelos não indígenas, a identidade indígena também sai fortalecida.

Aguilar (2012), em sua pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação pelos indígenas, mais especificamente com duas comunidades da Região Nordeste do Brasil (Karirí Xocó e Pankararu), mostra que ambas

[...] qualificaram as TIC como um espaço muito importante e de ajuda em suas vidas, contribuindo no processo de aprendizado/estudo, no apoio ao trabalho escolar, como a constituição de fonte de pesquisa, de apoio ao trabalho de docência, como fonte informativa que os beneficia mostrando o que acontece no mundo, um meio de socialização e ainda como instrumento prático, como citaram o uso para o cadastramento do CPF (Aguilar, 2012, p. 123).

Além disso, vindo ao encontro do que nossa pesquisa com os professores

Terena aponta, o uso das tecnologias de informação e comunicação tem pontos positivos para as identidades indígenas: “[...] as práticas informacionais com apoio das TIC e da inclusão digital têm contribuído para uma reconstrução e reprodução das identidades/diversidades culturais destes povos indígenas” (Aguilar, 2012, p. 126).

Como mostra a nossa pesquisa, e tantas outras realizadas por pesquisadores da temática indígena, principalmente pelos pesquisadores indígenas, em meio a muitas dificuldades, lutas, resistências e obstáculos, os indígenas e, de modo particular, os Terena, estão conseguindo afirmar o “jeito de ser Terena” (Silva, 2016). A indígena Terena Lima (2008), em sua dissertação de mestrado, observa:

Diante do processo histórico vivido, a comunidade indígena Terena vem se utilizando de estratégias, negociações, ressignificações para manter-se viva e constante. Mesmo diante de processo de deslocamento e interação com a sociedade não-índia, ela jamais deixou de vivenciar, mesmo que timidamente, sua identidade étnica (Lima, 2008, p. 20).

Como evidenciou nossa pesquisa, os Terena não “perdem” sua identidade; ela é traduzida, negociada, hibridizada, recriada, modificada. Conforme Lima,

Os processos de tradução, hibridização, negociação, ambivalência foram e são recursos encontrados para viver neste contexto onde fomos colocados, criando fronteiras, estruturas que dificilmente serão demarcadas, fixas, pois se dissolvem, diluem frequentemente, e o povo Terena na sua sabedoria infinita dinamiza, recria, modifica, adapta seu jeito de ser ao contexto no qual está inserido. (Lima, 2008, p. 106).

Os Terena, assim como outros povos indígenas, tiveram que tomar decisões em relação ao uso das novas tecnologias. Eles decidiram utilizá-las a seu favor: em favor da sua cultura, da luta política por direitos, da sua identidade. Para Lima (2008), historicamente, o colonizador estabeleceu fronteiras para fragmentar e apagar a cultura indígena, “[...] mas as comunidades indígenas, com toda a sua tradição, produziram identidades, que agora dialogam dentro de um tempo e espaço” (Lima, 2008, p. 108) de luta e resistência, afirmando sua cultura e identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela pesquisa efetuada, pode-se dizer que, para os professores indígenas Terena, as tecnologias de informação e comunicação possibilitam mostrar a cultura indígena para os não indígenas, cultura esta que muitas vezes é invisibilizada pela cultura ocidental. Para os professores indígenas entrevistados, a cultura indígena não se perde ou se corrompe com o uso das tecnologias de informação e comunicação.

Para os professores indígenas, as identidades indígenas não estão congeladas no tempo, e o uso das tecnologias de informação e comunicação serve, inclusive, para mostrar isso para os não indígenas. São os não indígenas que tendem a congelar a imagem dos indígenas em um passado colonial e a vê-los a partir de estereótipos. Para os indígenas, sua identidade cultural é dinâmica, e as tecnologias de informação e

comunicação contribuem para mostrar essa dinamicidade, principalmente, para os não indígenas. Os professores indígenas utilizam as tecnologias de informação e a comunicação como forma de ressignificar a sua cultura, um uso que permite a circulação do conhecimento, e não a extinção de suas identidades e cultura.

Concluimos, pela pesquisa realizada, que a apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelos indígenas, na percepção dos professores indígenas, está se dando de modo a constituir-se em mais um instrumento de luta e resistência. Os indígenas Terena apropriam-se da ferramenta, realizando trocas culturais, mostrando sua forma de viver e de pensar, e também aprendendo com a cultura do outro sem abandonar sua forma de viver, sua identidade e sua cultura.

Artigo recebido em: 26/06/2023

Aprovado para publicação em: 23/02/2024

THE APPROPRIATION OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES BY TERENA INDIGENOUS PEOPLE: A MEANS OF STRUGGLE AND RESISTANCE

ABSTRACT: This article aims to analyze how Terena indigenous people perceive the use of communication and information technologies. Field research was carried out through semi-structured interviews with Terena indigenous teachers from Mato Grosso do Sul. A qualitative analysis was performed by articulating the teachers' answers with authors from the field of indigenous education and interculturality. The research allowed for the conclusion that, according to indigenous teachers, communication and information technologies are a means of struggle and resistance, thus serving to strengthen their political struggle for rights, as well as Terena indigenous identity and culture.

KEYWORDS: Indigenous People; Resistance; Information and Communication Technologies; Identity.

LA APROPIACIÓN DE LAS TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LA COMUNICACIÓN POR PARTE DE LOS INDÍGENAS TERENA: UN INSTRUMENTO DE LUCHA Y RESISTENCIA

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo analizar la percepción de los indígenas Terena sobre el uso de las tecnologías de la información y la comunicación. La investigación de campo fue realizada a través de entrevistas semiestructuradas con profesores indígenas Terena de Mato Grosso do Sul. El análisis fue cualitativo y se dio a través de la articulación de los discursos de los profesores con autores del campo de la educación indígena y de la interculturalidad. Por la investigación realizada, se puede concluir que, según los docentes indígenas, las tecnologías de la información y la comunicación son un instrumento de lucha y resistencia, sirviendo para fortalecer su lucha política por los derechos y la identidad y cultura indígena Terena.

QUEIROZ, S. F. de J.; BACKES, J. L.

PALABRAS CLAVE: Indígenas; Resistencia; Tecnologías de la Información y la Comunicación; Identidad.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, A. Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n.1, p. 121-128, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/4808>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ALVES, C. P. **As professoras Terena no processo de retomada do território tradicional da Aldeia Buriti/Dois Irmãos do Muriti – MS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo grande, 2019.

AMADO, L. H. E. Vukápanavo - O despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 18, n. 36, p. 392-398, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42816/0>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BACKES, J. L. A construção de pedagogias decoloniais nos currículos das escolas indígenas. **EccoS: Revista Científica**, São Paulo, n. 45, p. 41-58, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/8290>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOGDAN, R.; BIKLEN S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto, 1995.

BONIN, I. T.; KIRCHOF, E. R. Entre o bom selvagem e o canibal: representações de índio na literatura infantil brasileira em meados do século XX. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. especial, p. 221-238, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89425835011.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DANNER, L. F.; DANNER, F.; DORRICO, J. Pacificando o branco: uma história da modernidade contada pelos indígenas. **Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia**. Marília, v. 45, n. especial, p. 379-414, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/10817>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DOMINGO, S. V.; MARIA, E. C. Análise do comportamento socioambiental terena por meio de marcadores espaço-temporais: uma contribuição para a conservação da cultura. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 59-73, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/cVhR8FgV8rtSGDsxjxdTDJR/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FERREIRA, R. *et al.* A interculturalidade com origem na escola do “branco” – as contribuições da Educação Física e da Geografia para a temática indígena em sala de aula. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, n. 38, p. 203-221, 2014. Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/646>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GRAÇA, R. S.; FERNANDES, R. C. Falas e Comensalidade: políticas e coletivos em um acampamento de retomada entre os Kaingang da TI Queimadas (Ortigueira/PR). **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 24, n. 2, e70649, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/70649/49522>. Acesso em: 09 abr. 2024.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

LIMA, E. G. **A pedagogia Terena e a criança do PIN Nioaque: as relações entre família, comunidade e escola**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

MARINHO, J. C. B.; FRANÇA, G. A.; SILVA, F. J. A. Consórcio entre pesquisas: possibilidades para o aprofundamento dos estudos qualitativos no campo da educação. *In*: SILVA, G. R.; HENNING, P. C. (org.). **Pesquisas em Educação: experimentando outros modos investigativos**. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. p. 54-68.

PINTO, A. A. O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: antecedentes, experiências e desafios. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social**, Bogotá, v. 11, n. 2, p. 104-127, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5115/511555883007/511555883007.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

REGO, A.; CUNHA, M. P.; MEYER Jr, V. Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 43-57, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rgplp/article/view/78224/74934>. Acesso em: 09 abr. 2024.

RIBEIRO, B. E. S.; TEIXEIRA, S. R. A. Bolsonarismo e questão indígena no Brasil: discursividades, autoritarismo e os limites democráticos na política contemporânea. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 41, p. 67-93, 2021. Disponível em: <https://periodicos-old.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/21326>. Acesso em: 12 mar. 2024.

QUEIROZ, S. F. de J.; BACKES, J. L.

RIBEIRO, W. G. Xe Rohenoi Eju Orendive: rimas, rappers e hibridização cultural de povos indígenas no Brasil. **Tear**: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Porto Alegre, v. 9, n.2, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/4515>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SANTOS, E. M.; LASTÓRIA, L. A. C. N. Tecnologias digitais e educação: impactos e desafios para uma nova configuração de subjetividade. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n. 5, p. 962-982, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3585/16291>. Acesso em: 09 abr. 2024.

SILVA, A. C. S. **Kalivôno Hiko Têrenoe**: sendo criança indígena Terena do/no século XXI - vivendo e aprendendo nas tramas das tradições, traduções e negociações. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

TERENA, L. E. Movimento e resistência indígena no contexto pandêmico brasileiro. **Trabalhonnecessário**, Niterói, v. 20, n. 41, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonnecessario/article/view/52886>. Acesso em: 12 mar. 2024.

URQUIZA, M. G. **Identidades indígenas na mídia**: um estudo com professores indígenas sobre identidade/diferença e representação. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

SÍLVIA FERNANDA DE JESUS QUEIROZ: Professora de Educação Física na Rede Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9577-713X>

E-mail: silvia.fernanda.q@gmail.com

JOSÉ LICÍNIO BACKES: Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSIC) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre e Doutor em Educação pela UNISINOS. Bolsista Produtividade 1C.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9013-8537>

E-mail: backes@ucdb.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).